

AS CRIANÇAS SÃO CULPADAS OU VÍTIMAS DO PROCESSO DE PATOLOGIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO? REFLEXÕES À LUZ DAS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NO PIBID

ARE CHILDREN GUILTY OR VICTIMS OF THE EDUCATION PATHOLOGIZATION PROCESS? REFLECTIONS IN THE LIGHT OF EXPERIENCES LIVED IN PIBID

Itácio Quintino Almeida da Silva¹

Fabíola Andrade Pereira²

Resumo: O processo de patologização da educação tem sido na maioria das vezes a ferramenta usada para justificar que o fracasso escolar é resultado de doenças e da não aprendizagem. Sabendo dessa realidade e entendendo que o professor não pode diagnosticar que um aluno tem necessidades especiais, algum transtorno ou síndrome, o texto em questão tem como objetivo, mostrar que não há só um protagonista no processo de patologização, posto que a escola seja formada por um coletivo de sujeitos. Tal afirmação é feita com base em nossa experiência formativa obtida por meio do Programa Institucional de Bolsas e Iniciação à Docência (PIBID) junto a uma escola da rede estadual de Tocantinópolis que se sustenta em razão de uma pesquisa realizada no período de 13 de agosto de 2018 a 10 de dezembro de 2019, que resultou no Trabalho de conclusão de curso defendido no primeiro semestre de 2019. Os dados obtidos apontam que o PIBID é essencial no processo de formação do acadêmico, pois o programa permite ampliar o olhar para a criança, a escola, e o ser pedagogo.

Palavras-chave: PIBID. Patologização da Educação. Prática Pedagógica.

Abstract: The pathologization process of education has, in most cases, been the tool used to justify that school failure is the result of disease and non-learning. Knowing this reality and understanding that the teacher cannot diagnose that a student has special needs, some disorder or syndrome, the text in question aims to show that there is not only one protagonist in the pathologization process, since the school is formed by a collective of subjects. This statement is made based on our training experience obtained through the Institutional Scholarship and Initiation to Teaching Program (PIBID) at a school in the state of Tocantinópolis that is supported by a survey carried out on August 13, 2018 to December 10, 2019, which resulted in the conclusion work of the course defended in the first semester of 2019. The data obtained indicate that PIBID is essential in the academic training process, as the program allows to broaden the look to the child, the school, and the pedagogue.

Keywords: PIBID. Pathologization of Education. Pedagogical Practice.

1 Graduado em Pedagogia pela UFT, Universidade Federal do Tocantins. Bolsista do PIBID, vinculado ao edital nº 07/2018. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6933420164041601>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1817-1735>. E-mail: itaciotoc@hotmail.com.

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professora adjunta no Curso de Pedagogia na Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Tocantinópolis. Coordenadora do PIBID 2018/2020. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3511383751514623> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5107-9079>. E-mail: fabagnes@mail.uft.edu.br

Adendos iniciais sobre a experiência do PIBID

O Programa Institucional de Bolsas e Iniciação à Docência (PIBID) constitui uma iniciativa do Governo Federal que permite a realização do intercâmbio entre a universidade e as escolas públicas, possibilitando aos graduandos dos cursos de licenciaturas desenvolverem atividades pedagógicas dentro e fora do espaço da academia.

Assim, o PIBID é composto por um conjunto de profissionais da educação, professores da universidade que atuam no programa como coordenadores, professores das escolas que exercem o papel de supervisores, e os graduandos, que são chamados de pibidianos, que desenvolvem suas atividades através das orientações das coordenadoras e dos supervisores desenvolvem atividades pedagógicas dentro da instituição de ensino.

As atividades do programa possibilitam aos licenciandos ampliar sua compreensão acerca do papel do pedagogo na escola, posto que as mesmas se apresentam como um conjunto de estratégias que nos convidam a pensar a educação de uma perspectiva macro. Em nossa experiência¹, por exemplo, as atividades se desdobram em reuniões mensais, momentos de estudos e socialização dos saberes, visitas às escolas, elaboração de materiais e acompanhamento dos alunos. Todas essas atividades eram orientadas e acompanhadas pela coordenação do subprojeto e a supervisão.

Convém ressaltar ainda que essa dinâmica nos permitiu ter uma proximidade e um contato maior com a escola Raio de Luz da cidade de Tocantinópolis. Tal oportunidade nos proporcionou o nascimento da ideia de aprofundar os estudos acerca do tema “Os protagonistas do processo de patologização da educação”, posto que vimos, por meio das experiências vividas no PIBID, que o processo de patologização da educação é caracterizado por transformar questões sociais, culturais e políticas em doenças excluindo o sujeito de um desenvolvimento e de uma vida social plena, ou seja, a patologização da educação é um processo classificatório, criador de lugares e transformador de comportamentos em doenças.

Patologização/ Medicalização é um dispositivo que transforma problemas políticos, sociais e culturais em questões pessoais a serem tratadas ou medicadas. Isola-se o indivíduo de um contexto para analisar em detalhes suas particularidades e torná-las patológicas. Produz-se um modo de olhar para o outro como se ele fosse uma simples somatória de características biológicas e comportamentais, ambas tomadas como ponto de partida para definição da presença de possíveis patologias (CHRISTOFARI; FREITAS; BAPTISTA, 2015, p. 1080).

A primeira reunião do PIBID feita com a participação das professoras da escola teve como objetivo possibilitar o diálogo entre os pibidianos e a equipe docente da instituição. Nesta, as professoras falaram sobre o perfil dos alunos e as metodologias desenvolvidas na sala. Por meio dessa conversa foi possível perceber que o processo de patologização é uma realidade da instituição, posto que ao socializar a realidade da escola, uma professora afirmou que um dos seus alunos apresentava sintomas de autismo, pois entendia que a falta de interesse do aluno por matemática, o fato de o menino ser muito inquieto o caracterizava como portador dessa síndrome. Por outro lado, relatava que o menino era muito expressivo, gostava de desenhar e ir à frente da sala expor sua opinião sobre o assunto discutido na sala. Percebe-se com isso uma contrariedade na fala da professora, pois é sabido que a criança com autismo tende a ter dificuldade de socialização e a não interagir muito com outras pessoas. Somado a isso, o que mais nos preocupou naquele momento foi a “solução” que ela tinha em mente para o suposto problema do menino. Segundo ela, a situação se resolveria transferindo o aluno (de 14 anos que estudava o 5º ano do ensino

¹ Atuamos no programa por meio do Edital nº 07 de 2018, que teve duração de 18 meses junto ao subprojeto de Pedagogia do Campus de Tocantinópolis.

fundamental) para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Tal relato nos inquietou e nos impulsionou a buscar entender o processo patologizante que, como vimos, exclui da escola pessoas que não se enquadram às suas normas. Assim, por meio da literatura ficou claro que a patologização da educação constitui uma prática antiga e afeta diferentes camadas da sociedade e que a referida escola por meio da experiência do PIBID nos possibilitaria entender na prática o processo patologizante da educação.

O que a experiência do PIBID nos trouxe?

As experiências vivenciadas por meio do PIBID tiveram duração de um ano e seis meses. Durante esse período, tivemos a oportunidade de refletir e construir nossa formação atrelada à constituição de uma identidade pedagógica, elemento essencial para o entendimento dos problemas da educação e do processo de ensino e aprendizagem.

Nesse período, foi notado que assim como os problemas familiares das crianças como a distância da casa para a escola, dificuldade em ter uma alimentação saudável, muitas vezes a falta de dinheiro para compra os materiais escolares e a própria relação dos pais com as crianças, estrutura física, a má remuneração, sobrecarga de trabalho dos professores, também são elementos que estão presentes no cotidiano das crianças, e sabemos que interferem no processo de ensino e aprendizagem. Assim, é possível dizer que muitos dos resultados negativos obtidos de uma parte dos alunos, não estão ligados somente às situações de vulnerabilidade das crianças, ao contrário, podem também não podemos apontar a escola como culpa, pois sabemos que existe todo um sistema entre a escola e a criança.

Percebemos, ao longo do tempo, que, na maioria das vezes, a justificativa para os resultados escolares insatisfatórios está voltada para o sujeito que apresenta dificuldade de aprendizagem ou por não conseguir se enquadrar às regras da escola. Com isso, nascem as explicações patológicas para a não aprendizagem da criança, ou seja, a cada dia os alunos recebem diagnósticos, por não acompanhar as expectativas da escola. Nesse cenário de escola e aluno por algum momento podemos pensar que a instituição de ensino é a vilã da história uma vez que são alunos que recebem diagnósticos, mas não se pode esquecer que são os profissionais da saúde que estão habilitados a atestar algo, logo se nota que, até o laudo, a criança passa por vários olhares institucionais.

É fato que muitas crianças vivem em condições delicadas (algumas têm má alimentação, percorrem uma distância muito grande entre a casa e a escola) que podem dificultar seu processo de aprendizagem. De todo modo, entendemos que essas situações, não devem ser fatores determinantes no processo de aprendizagem, pois ao chegar à escola a criança deve ser amparada pedagogicamente pela equipe escolar, que deve agir de forma competente didática e metodologicamente para atender todos os alunos e suas necessidades, sejam elas especiais ou não.

Por meio do PIBID, percebemos que há por parte de alguns profissionais, certa impaciência ou intolerância. O que vimos em alguns casos foi à necessidade de cumprir horários, apresentar resultados, não existe uma dedicação, uma sensibilidade com o contexto social, familiar e escolar da criança. A pressa em dar a aula, ou em controlar os alunos torna a caminhada para a aprendizagem cansativa e desestimulante. Pesa-nos dizer que a impressão que fica é a execução de uma prática metodológica, geralmente, descontextualizada com a realidade e a vida dos alunos. Olhando para a situação do professor muitas vezes estão fragilizados por longos anos de grandes cargas de trabalhos, a desvalorização profissional, má remuneração, salas lotadas e cobranças do sistema, em todo caso quem presta serviços para quem, o professor para escola ou para o aluno?

Além disso, convém ponderar que, em geral, a própria estrutura física e as instalações da escola não despertam nos alunos o desejo de ir à escola e, conseqüentemente, isso se reflete no aprender, pois é sabido que quando a escola está preparada pedagogicamente e fisicamente para sanar as necessidades dos alunos os resultados serão outros, pois a escola deve ser do ensino para o ensino. Sobre essa questão,

Haguette (2015, p. 22) aponta que para produzir o sucesso escolar “tudo respira estudo e tudo é orientado para favorecer a aprendizagem dos alunos”. Assim,

Escolher bem aquilo que será proposto às crianças é essencial. Para isso, conhecer a prática social – a vida – em que as crianças se inserem, os temas que atraem inicialmente sua atenção, os interesses e necessidades já criados nas crianças muito ajudará o trabalho do educador. Por isso, na escola, além de oportunidades diversificadas de contato com a cultura acumulada histórica e socialmente, as crianças precisam dar a conhecer sua identidade, isto é, o que acontece quando a escola está aberta à vida que acontece antes, durante e depois do horário da escola (MELLO, 2004, p. 152).

Através das atividades realizadas como PIBIDIANOS, foi possível notar que ainda há muito a ser feito para podermos dar às nossas crianças uma educação de qualidade. Por meio do PIBID, observamos que as metodologias de muitos professores permanecem obsoletas e, por vezes, limitadas a materiais impressos, aos livros didáticos ou à internet.

Através das experiências e das aulas desenvolvidas na escola Raio de Luz como PIBIDIANO, percebemos o interesse dos alunos por aulas dinâmicas. Assim, buscamos desenvolver um trabalho interdisciplinar, procurando sobremaneira associar os conteúdos com a utilização de jogos e brincadeiras, pois percebemos que essa estratégia despertava o interesse dos alunos. Além disso, nossas ações procuraram respeitar o contexto escolar e o processo de aprendizado das crianças, uma vez que se entende que as práticas, as metodologias e os conteúdos devem estar centrados no desenvolvimento intelectual e físico das crianças.

Assim, o professor deve ter um olhar sensível para o contexto social e escolar que as crianças vivem, pois eles dão indícios de como pode ser trabalhado com elas os conteúdos e a forma de aplicar as metodologias, ou seja, devemos exercer nosso trabalho pedagógico sempre partindo das necessidades dos alunos. Assim, entendemos que ao mesmo tempo,

[...] é preciso que o educador descubra as formas mais adequadas de trabalho com o seu grupo. Isso se faz possível quando o educador conhece os níveis de desenvolvimento real e próximo das crianças, quando conhece as regularidades do desenvolvimento delas, ou seja, conhece quais as funções psíquicas que se encontram em desenvolvimento em determinada etapa e que constituem os períodos mais adequados às influências da educação, e, ainda, quando percebe qual atividade é principal para a criança em determinada etapa de seu desenvolvimento e propicia a experiência da criança sob tal forma de atividade (MELLO, 2004, p. 152).

Assim, importa ressaltar que a dificuldade de diálogo entre escola e comunidade constitui um dos fatores que impede que a realidade seja contemplada no cotidiano escolar. Além disso, na maioria das vezes a burocracia da escola contribui para que a família e a comunidade se distanciem. Por outro lado, a família muitas vezes não se responsabiliza por realizar um trabalho em conjunto com a escola.

A Escola Raio de Luz

A Escola Raio de Luz, onde foram realizadas as atividades do PIBID fica situada em Tocantinópolis, no norte do país, no Estado do Tocantins, na região conhecida como Bico do Papagaio, que apresenta características próprias tanto nos aspectos culturais quanto físicos, onde o clima é muito quente.

A escola foi fundada em 09 de novembro de 1961, portanto presta serviços educacionais à comunidade tocanopolina há 59 anos. É uma instituição religiosa e conveniada com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins (SEDUC).

No ano de 2019, a escola atendeu, aproximadamente, 740 estudantes, no ensino fundamental do 5º ao 9º ano. As atividades escolares aconteciam nos turnos matutino, das 7h15min às 11h 40min e vespertino, das 13h às 17h 25min, respectivamente.

Naquele período, a unidade escolar contava com 66 servidores, sendo 38 professores, (10 professores auxiliares, 01 intérprete de LIBRAS, 25 docentes das salas regulares, 02 professores do Ensino Especial), 17 ASERG (Auxiliar de Serviços Gerais (serviços gerais, vigias e manipuladores de alimentos) e 11 profissionais administrativos / pedagógicos (coordenação pedagógica, orientação educacional, coordenação de apoio pedagógico, auxiliar apoio a rotina escolar, secretaria, coordenação de apoio escolar, direção de unidade escolar). Assim, o percentual de profissionais efetivos corresponde a 37,9% dos servidores da unidade escolar e dos contratados 62,1%. A escola atende 04 turmas (Sala de Recurso Multifuncional – 37 alunos), 04 turmas de Treinamento Esportivo (100 alunos) e 04 turmas do Novo Mais Educação (90 alunos).

Embora a escola disponha de um número razoável de profissionais, sua estrutura física apresenta alguns problemas. As salas são pequenas e quentes e algumas ficam perto da quadra esportiva, onde os sons e barulhos das atividades de dança, jogos e brincadeiras, que acabam atrapalhando o desenvolvimento das outras aulas, posto que contribui para tirar a atenção dos alunos deixando-os inquietos, impulsivos e ansiosos.

Patologização/medicalização da educação: breves considerações

Pode-se dizer que um dos fatores que contribui para a presença do processo de patologização da educação era a visão que se tinha em tentar padronizar o desenvolvimento infantil e enquadrá-los em etapas, que na grande maioria fogia do contexto e da realidade da criança, usando como referências para esses padrões comportamentais os do grupo dominante, ou seja, os outros grupos deveriam se comportar e aprender de acordo a classe dominante. Partindo desse pensamento sobre o padrão perfeito que as regras e normas, eram moldadas a imagem de uma classe, enquadrando os sujeitos em um tipo de ser social de uma sociedade.

Em nossa realidade, essas ideias têm se tornado cada vez mais presentes, e ganhou uma ferramenta ainda mais cruel, o processo de patologização da educação, que enquadra sujeitos que não obedecem, e que não conseguem seguir os padrões normatizadores e classificatórios da instituição, assim o sujeito que está fora do padrão passa a ser visto como causadores de problemas perturbadores da ordem institucional e social.

Na verdade, na vida atual, as necessidades e os desejos das crianças são muitas vezes considerados como causa de preocupações por adultos, como sociais ameaçadores que precisam ser resolvidos. Como resultado, as crianças são empurradas para as margens da estrutura social pelos adultos, (incluindo teorias sociais), mais poderosos, que se concentram, muitas vezes, nas crianças como potencial e ameaça para as sociedades atuais e futuras (CORSARO, 2011, p. 18).

O bom comportamento ou o controle desse comportamento são pré-requisitos para as boas relações dentro da escola. O enquadramento do sujeito em um determinado padrão institucional não deveria ser fator que determinasse a vida escolar e social do aluno. Assim, vivemos em um mundo que é formado por grupos sociais com hábitos, culturas, saberes e políticas distintas, e a escola é a instituição que recebe toda essa diversidade cultural. Exigir que esses sujeitos de culturas peculiar comporte de acordo com as regras e normas da escola é uma tentativa de enquadrar o indivíduo, reforçando a ideia que seus desejos, vontades e a sua própria maneira de ser, é correto que a escola tenha suas regras e normas para manter seu funcionamento e atendimento, mas não pode esquecer que sua regras não podem ser fator determinante, e não é o aluno que deve atender as necessidades da escola, mas sim a escola que deve atender as necessidade do aluno.

É evidente que o controle dos corpos e do comportamento é uma prática exercida há muito tempo, pois podemos ver que em muitos períodos na história da infância existia uma ideia da representação da criança, ou seja, as crianças eram consideradas como seres que não poderia exercer uma atividade ativa, que deveriam ser ensinadas e contidas através da orientação do indivíduo adulto.

O modelo determinista, no qual a criança desempenha basicamente um papel passivo. Nessa vertente, a criança é simultaneamente uma “iniciante” com potencial para contribuir para a manutenção da sociedade e uma “ameaça indomada”, que deve ser controlada por meio de treinamento cuidadoso (COSARO, 2011, p. 19).

Essa tentativa de controlar, de domesticar e de institucionalizar o indivíduo mostra que os sujeitos e, em especial, os alunos devem seguir um padrão, que de forma direta ou indireta inibe seu processo de aprendizagem, pois uma vez controlados e enquadrados às normas e às regras, os alunos deixam de viver e desenvolver seus potenciais, e são punidos caso não sigam as normas da escola, pois as instituições acreditam que os sujeitos que estão aptos ao aprendizado são aqueles controlados e domesticados, ou seja, o aprendizado só acontece através da disciplina do sujeito.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna mais obediente quando é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções de que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. [...] A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (FOUCAULT, 1987, p.164).

O controle de comportamentos, a disciplina e a institucionalização de regras e normas sobre os alunos, são elementos usados para enquadrar os alunos em um padrão idealizado pela escola. As doenças da não aprendizagem é a maneira que a instituição usa para justificar o fracasso escolar de muitos alunos das escolas públicas, ou seja, alunos que não seguem o perfil de aluno padrão da escola.

A patologização da educação torna-se ainda mais cruel quando se usa de questões biológicas para explicar a forma que as crianças aprendem. Teorias da saúde defendem que os péssimos resultados escolares de uma parcela dos alunos da rede pública são devidos aos maus hábitos dos cuidados pessoais e de higiene, então com essa ideia que a criança reproduz seus hábitos e costumes na escola impossibilitando seu processo de aprendizagem. Assim, a escola adota essa ideia para tentar colocar o sujeito em um padrão e patologizá-lo caso ele não siga esse padrão. Dessa forma, a instituição de ensino.

Ao estender seu campo de atuação ao ambiente escolar, a Medicina passa a atuar sobre esse ambiente segundo sua própria concepção. [...] A Medicina constrói, assim, artificialmente, as doenças do não-aprender e as doenças do não-se-comportar e a consequente demanda por serviços de saúde especializados, ao se afirmar como a instituição competente e responsável por sua resolução (MOYSÉS; COLLARES, 2014, p. 59/60).

A medicina embasada em ideias higienistas afirmava que as doenças da não aprendizagem eram recorrentes de práticas que não eram exercidas ou ensinadas pela família, por exemplo, o cuidado com a higiene pessoal e até padrões de etiqueta. Para essas teorias, quando esses cuidados não são práticas desenvolvidas no meio familiar, as crianças reproduzem essa situação no meio social e escolar, desencadeando os distúrbios de não aprendizagem e tornando a família e o aluno os culpados pelos resultados escolares negativos, ou seja, a medicina e a escola entendem esses maus comportamentos como algo gerador de doenças.

Para tanto, a manutenção da saúde seria possível por meio do cuidado dirigido às condições de vida, às relações sociais entre adultos e crianças, às relações familiares. Nesse sentido, a família passa a ser compreendida como forte influência sobre o desenvolvimento de cada criança, sobretudo em relação ao desenvolvimento escolar, tanto como transmissora de genes supostamente saudáveis, frágeis, doentes, como produtora de condutas que poderiam justificar a julgada incapacidade do indivíduo de se adaptar às condições sociais nas quais está inserido (CHRISTOFARI; FREITAS; BAPTISTA, 2015, p. 1081).

A patologização da educação é um processo amplo, amparado por teorias tradicionais que transforma questões políticas, sociais, culturais e familiares em doenças. Esse processo perpassa por todo o

contexto social, familiar e escolar do aluno. Assim, a patologização da educação tira a responsabilidade da escola dos resultados negativos do aluno e o culpabiliza pela maneira que ele vive e assim justifica a causa do não aprendizado da criança e do diagnóstico da suposta doença.

Dentro de toda essa problemática que envolve a criança e a escola, a cada dia surgem novas doenças da não aprendizagem, para tentar explicar os problemas de aprendizagens e de comportamento das crianças. As que são mais frequentemente diagnosticadas são: a Dislexia, Transtorno de Oposição Desafiante (TOD) Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno do Espectro Autista (TEA), e o mais novo Transtorno Disruptivo Descontrolado de Humor (TDDH). No entanto, é possível questionar a forma como os diagnósticos são feitos, pois tendem a considerar qualquer comportamento tido como inadequado como patológico (MOYSÉS; COLLARES, 2014).

A maneira de ser e de se comportar do aluno serão os elementos que irão classificar com alguma doença segundo olhar avaliativo da instituição. No decorrer da pesquisa e das atividades desenvolvidas como pibidiano na escola Raio de Luz, foram notados que as questões de comportamento e a busca por um padrão ideal de criança são elementos muito presentes na forma que a escola vê e avalia o aluno. As queixas escolares são a principal causa de encaminhamento de crianças ao serviço de saúde mental, o que pode resultar em diagnósticos de transtornos e doenças sem antes ter uma análise do contexto do aluno e sem um longo acompanhamento que se precisa ter antes de dar qualquer diagnóstico.

O TDAH é o transtorno mais comum das doenças da não aprendizagem, na grande maioria dos casos de patologização/medicalização da educação. Os sintomas de TDAH são comportamentos de desatenção, impulsividade e hiperatividade. Segundo o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5 – DSM 5 (2014),

A característica essencial do Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade é um padrão persistente de desatenção e ou hiperatividade – impulsividade que interfere no funcionamento ou desenvolvimento sujeito.

A desatenção manifesta-se comportamentalmente no TDAH como divagação em tarefas, falta de persistência, dificuldade de foco e desorganização e não constitui consequência de desafio ou falta de compreensão. A Hiperatividade refere-se à atividade motora excessiva, como uma criança que corre por todo lado quando não é apropriado ou remexer, batucar ou conversar em excesso. A impulsividade refere-se a ações precipitadas que ocorrem no momento sem premeditação e com elevado potencial para dano a pessoa (P. ex., atravessar uma rua sem olhar). A impulsividade pode ser reflexos de um desejo de recompensas imediatas ou de incapacidade de postergar a gratificação.

Se analisarmos o contexto social, familiar e escolar do aluno e a própria estrutura física da escola, podemos perceber que em alguns casos o diagnóstico de TDAH pode ser uma forma de punir o aluno pelo fracasso escolar, ou de isentar a escola da responsabilidade pelo fracasso da criança. A Escola Raio de Luz tem salas pequenas e lotadas, são muito quentes por não serem climatizadas e pelo próprio clima da cidade, além disso, localizada próxima à quadra esportiva em que acontecem atividades que prejudicam a atenção à aula. Todos esses elementos da estrutura da escola deixam os alunos inquietos, desatentos e, às vezes, sem vontade de assistir as aulas sentadas naquelas cadeiras duras e desconfortáveis, vendo aqueles conteúdos que não atraem. Essa estrutura é uma realidade de muitas escolas, que de forma direta ou indireta influencia no aprendizado do aluno. Vendo a realidade de algumas instituições, podemos culpar só o aluno por não aprender?

Diante das dificuldades existentes na rotina profissional do professor, e da fragilidade social do aluno, os responsáveis pelo processo de aprendizado da criança devem exercer uma ética que possibilite ao aluno se desenvolver, mesmo enfrentando os obstáculos que o sistema impõe. Os profissionais da educação devem ter um olhar sensível e uma postura ética diante do aluno. Assim, como os acontecimentos familiares e sociais da vida dos alunos não podem interferir no seu processo de aprendizado, com os professores deve ser da mesma forma, ou seja, o seu contexto pessoal não deve influenciar sua prática docente. Um dos primeiros passos seria realizar atividades mais livres, que não estejam presas à sala de aula ou aos livros didáticos, atividades mais dinâmicas com jogos e brincadeiras de acordo a idade e a ne-

cessidade do aluno, ou seja, unindo os conteúdos curriculares com algo estimulante e divertido.

O preparo científico do professor ou da professora deve coincidir com sua retidão ética. É uma lástima qualquer descompasso entre aquela e esta. Formação científica, correção ética, respeito aos outros, coerência, capacidade de viver e de aprender com o diferente, não permitir que o nosso mal-estar pessoal ou a nossa antipatia com relação ao outro nos façam acusá-lo do que não fez são obrigações a cujo cumprimento devemos humilde, mas perseverantemente nos dedicar (FREIRE, 1996, p. 10).

O exercício do olhar sensível e da postura ética é importante para que as injustiças de rótulos e estigmas não aconteçam, pois, o aluno não é o único responsável pelo processo de ensino e aprendizado. Há vários elementos que compõem esse processo: família, escola, profissionais qualificados e políticas públicas que amparem o aluno.

Diante de toda essa falta de atenção com as necessidades dos alunos, é mais confortável para a escola afirmar que o aluno é portador de algum transtorno. Em uma sociedade desigual socialmente e em uma escola com todos esses problemas, é correto afirmar que o problema do fracasso escolar é culpa só do aluno? Culpabilizar o aluno é fechar os olhos para todo o sistema de educação que envolve a criança. Afinal, o correto mesmo é encontrar soluções, métodos que possibilitem o desenvolvimento do aluno, partindo da ideia que deve-se sanar as necessidades intelectuais dos alunos e não transformar as limitações em doenças.

Considerações Finais

Através das experiências e do contato com os alunos da escola Raio de Luz no tempo de atuação como PIBIDIANO, deu para perceber que processo de patologização/medicalização da educação é uma realidade da escola, e o comportamento é o elemento principal para o encaminhamento de crianças aos serviços de saúde mental, onde podem ser realizados diagnósticos de doenças da aprendizagem, que na grande maioria são motivados escolares.

Dentro de toda essa problemática que envolve o processo de ensino e aprendizado e a patologização/medicalização da educação, existem fatores que vão tentar apontar supostos culpados do fracasso escolar, teorias como a higienista e a comportamental afirmam que o problema da aprendizagem está ligado à família do aluno e a forma que esse sujeito se comporta na escola, em alguns casos das doenças da não aprendizagem, a área médica se apropria dessas teorias e reproduz na escola, como objetivo de fortalecer a ideia que a culpa dos resultados escolares negativos é realmente do aluno. Esse contexto favorece que a indústria farmacêutica continue fabricando e vendendo seus medicamentos psicotrópicos, pois os medicamentos só podem ser vendidos quando há pacientes para consumirem. Nesse caso, uma criança que não se comporta ou não se enquadra às normas da instituição se torna alvo do processo de patologização/medicalização da educação e dos diagnósticos para quedas das doenças da não aprendizagem, tornando-se clientes de um mercado que pode estar visando o lucro de seus produtos.

O estudo processo de patologização da educação e as experiências vividas no PIBID possibilitou o entendimento de como nascem os culpados desse processo patologizante, e que não há apenas uma vítima, pois existe todo um sistema que tenta enquadrar sujeitos e puni-los caso não se ajustem às normas e regras institucionais. Nesse sentido, Moysés e Collares afirmam que a patologização/medicalização da educação é uma forma de controlar e de normatizar o sujeito que está fora das exigências da instituição. Assim, foi possível entender que existem muitas controvérsias entre os sujeitos que são considerados culpados pelo fracasso escolar, uma vez que existem teorias que justificam os motivos que tornam os alunos os alvos centrais desse processo.

Assim, reforçamos que o aluno não deve ser considerado culpado pelo fracasso escolar, sem considerar as desigualdades sociais e os problemas da educação no Brasil. É importante entender e investigar as causas das dificuldades e encontrar formas de superação do problema e, as experiências vividas no

PIBID nos ajudaram. Assim, esperamos contribuir com pesquisas para encontrar novos horizontes para a educação brasileira, e que desmitifiquem essa ideia de patologização/medicalização da educação.

Referências

CHRISTOFARI, Ana Carolina; FREITAS, Claudia Rodrigues de BAPTISTA, Claudio Roberto. Medicalização dos modos de ser e de aprender. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, V. 40 n.4, p. 1079-1102, out/dez. 2015.

CORSARO, Willian A. **Sociologia da Infância** tradução: Lia Gabriele Regius; visão técnica: Maria Letícia B. P Nascimento – Porto Alegre: Artmed. 2011, 384p. ISBN 978 – 85 – 363 – 2539 – 2.

DSM-5 / Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico] [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [ET al.]. – 5. Ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014. Editado também como livro impresso em 2014. ISBN 978-85-8271-089-01. Psiquiatria. 2. Transtornos mentais. I. American Psychiatric Association.

FREIRE, Paulo **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

FOUCAULT, Michel. F86v **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

HAGUETTE, André; PESSOA, Márcio Kléber Moraes. **Dez escolas, dois padrões de qualidade: uma pesquisa em dez escolas públicas de Ensino Médio do Estado do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

MATTOS, Paulo. **No mundo da Lua: perguntas e respostas sobre o Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade em Crianças, Adolescentes e Adultos**. 2015 – Associação Brasileira do Déficit de Atenção. 16 edições revista e atualizada pela DSM 5.

MELLO, Suely Amaral Mello. **A escola de Vygotsky**. In: CARRARA, Kests (org.). **Introdução a Psicologia da Educação**. São Paulo: Avercamp. 2004.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. **Mais de um século de patologização da educação**. Fórum: Diálogos em psicologia, ano I, n. 1. Ourinhos/SP-jul./dez. 2014.

Recebido em 30 de novembro de 2020.

Aceito em 11 de dezembro de 2020.